

AS NARRATIVAS ACERCA DO ALDEAMENTO SÃO JOÃO DE SENDE (1765-1786): HISTORIOGRAFIA, TRADIÇÃO ORAL E ARQUEOLOGIA¹

NARRATIVES ABOUT THE SÃO JOÃO DE SENDE VILLAGE (1765-1786): HISTORIOGRAPHY, ORAL TRADITION AND ARCHEOLOGY

Márcia de Santana Castro²

Rodrigo Lessa Costa³

Resumo: No município de Tanque do Piauí há evidências arqueológicas de que em meados do século XVIII existiu ali uma das povoações que receberam os grupos indígenas reduzidos perante as investidas do colonizador, o aldeamento de São João de Sende (1765-1786). Buscou-se como objetivo desta pesquisa apresentar a narrativa historiográfica e a narrativa da tradição oral a respeito do aldeamento, por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas, refletindo e relacionando-as com a materialidade arqueológica. Através dos nossos resultados podemos perceber as relações de pertencimento da comunidade com relação à materialidade arqueológica. Moradores da localidade e da sede do município mostraram-se dispostos a contribuir com a pesquisa, pois desejam ampliar seus conhecimentos acerca da história do aldeamento e da presença indígena na região. Por outro lado, necessitam que seus próprios relatos e ressignificações da história sejam valorizados. Nossa pesquisa tem o papel de tentar desatar alguns nós existentes na historiografia, e simultaneamente refletir sobre a função desempenhada pela(o)s arqueóloga(o)s nos seus contextos de pesquisa, valorizando as narrativas apresentadas pelas pessoas que hoje convivem com a materialidade arqueológica. **Palavras-chaves:** Aldeamento São João de Sende; São João de Sene; Narrativas.

Abstract: In Tanque do Piauí, Piauí, Brazil, there are archaeological evidences that in the middle of the 18th century there was one of the places where indigenous people were sent by the colonizer, the settlement of São João de Sende (1765-1786). The objective of this research was to present, through bibliographic survey and interview, the historiographical and oral narratives regarding to that settlement above all, relating them to the archaeological materiality. Through our results we can note the belonging relationship inside the current community people to the archaeological remains. They looked anxiety about the research development, because they wish to expand their knowledge about the history of the historical settlement and the indigenous presence in the region. On the other hand, they need their own stories and reinterpretations of history to be valued. Our research has the role of trying to untie some existing knots in the historiography, and at the same time reflect on the role played by the archaeologists in their research contexts, valuing the narratives presented by people who today live with archaeological materiality. **Keywords:** The Settlement of São João de Sende. São João de Sene. Narratives.

¹ O presente artigo é decorrente da pesquisa de monografia de mesmo título apresentada em 2020 ao curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em São Raimundo Nonato, Piauí.

² Mestranda em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque Univasf) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: castro.marciasantana@gmail.com

³ Docente do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial e do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque e Carqueol Univasf). E-mail: rodrigo.lessa@univasf.edu.br

Introdução

Esta pesquisa originou-se a partir de um desdobramento de um dos eixos de atuação do grupo PET- Programa de Educação Tutorial de Arqueologia⁴ que se dispôs a investigar as ocupações indígenas no sul e sudeste do Piauí, e realiza desde o ano de 2018 estudos (Castro 2020; PET- Arqueologia, 2018, 2019, 2020, 2021) na região do município de Tanque do Piauí⁵ (Figura 1).

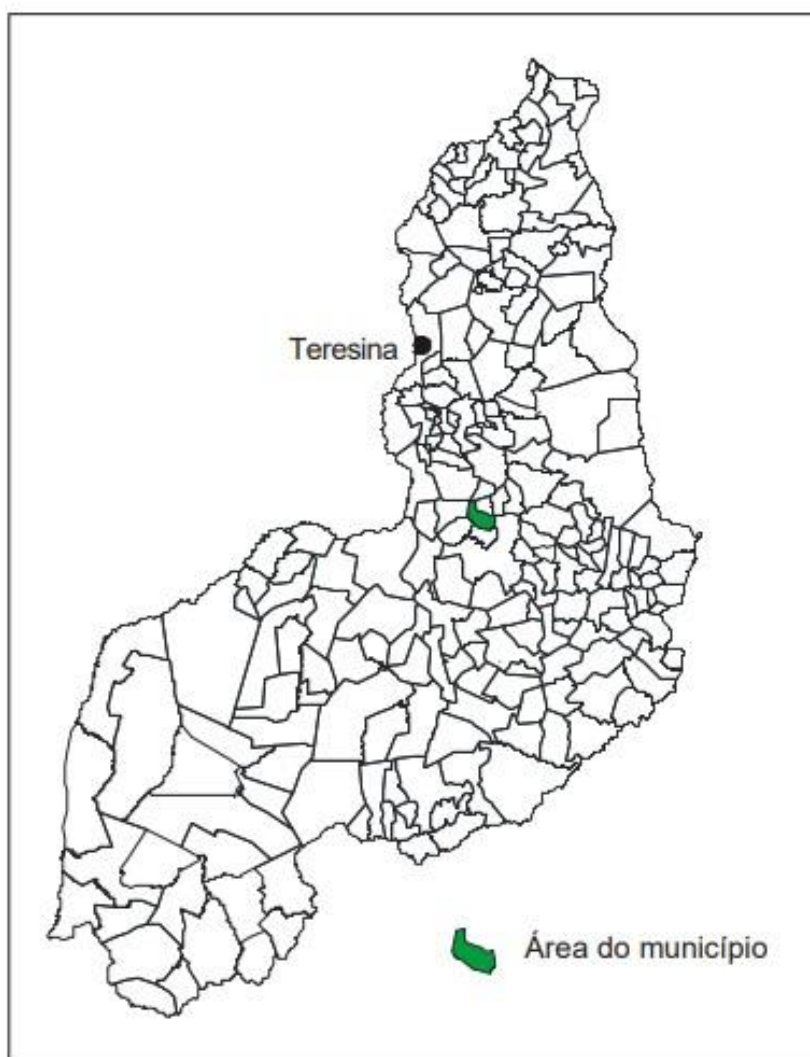


Figura 1: Localização do município. Fonte: CPRM (2004:03)

⁴ O PET - Arqueologia nasce em setembro de 2010, carregando como filosofia o cumprimento indissociável da pesquisa, ensino e extensão, intitulando-se como tema "Escavando história: São Raimundo Nonato para além dos 100 anos", em virtude do centenário da cidade de São Raimundo Nonato - PI, onde se localiza o curso de graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Univasf.

⁵ A cidade está localizada na microrregião de Picos, na região conhecida como Chapada Grande. Situa-se a 341 km de São Raimundo Nonato e 206 km da capital Teresina. O município foi criado pela Lei nº 4.810, de 14 de dezembro de 1995, após ser desmembrado das cidades de Arraial, Santa Rosa do Piauí e a cidade de Oeiras que foi a primeira capital do Piauí (CPRM,2004).

De acordo com Oliveira (2007) em meados do século XVIII estabeleceu-se o Aldeamento de São João de Sene, na localidade atual praticamente homônima São João do Sene, zona rural do município de Tanque do Piauí.

Durante as visitas realizadas à localidade foi possível perceber narrativas dos moradores da sede municipal, e de São João do Sene acerca de elementos da paisagem circundante, dos sítios arqueológicos e dos artefatos dispersos nos sítios. Essas pessoas, que se tornaram interlocutores desta pesquisa, tinham consigo em suas casas, artefatos, que acreditavam pertencer a períodos antigos, e estes os ajudavam a ilustrar as narrativas que contavam sobre a ocupação indígena ali em São João de Sene, e em localidades do entorno. Juntamente com as histórias contadas escutamos seus anseios pela realização de um estudo a respeito das ocupações indígenas no território, o que se somou a justificativa da pesquisa.

Com base nesse interesse da população pela história do lugar, bem como nas suas diversas narrativas, e conseqüentemente no inventário destas, a problematização para a realização da pesquisa foi:

Quais as semelhanças e diferenças entre a narrativa historiográfica e as narrativas da tradição oral? Esta tenta com isso não contar uma única história, por isso apresenta uma abordagem que põe em diálogo historiografia, tradição oral e arqueologia, fontes que podem convergir, mas também apresentar histórias alternativas acerca do aldeamento de São João de Sene.

Objetivou-se assim, portanto, apresentar e discutir as narrativas historiográficas, bem como as da tradição oral, e os elementos que a elas se associam como a materialidade arqueológica presente na comunidade.

Para tanto se fez o uso de um instrumental teórico-metodológico que consistiu na análise dos discursos transmitidos pelas fontes escritas, artefatos, estruturas e informações orais, registrados por meio de idas a campo em entrevistas, conversas informais e observação etnográfica. As prospecções oportunísticas, guiadas pelos colaboradores/interlocutores residentes na localidade, também convergiram com as premissas da arqueologia colaborativa (Silvia et. al. 2011) e pública, onde as comunidades trabalham em cooperação com os pesquisadores (Bezerra, 2003, 2011, 2013 & 2017; Vieira, 2017; Otaviano, 2017; Mageste et. Al, 2018; Martins, 2019; Macedo, 2019 & 2020). Além de expor os lugares que remetem a presença

indígena, essa cooperação vem se desdobrando em várias direções, como na viabilização de condições logísticas para a pesquisa, na consolidação dos discursos arqueológicos no festival de cultura local na preparação dos locais para visitação, e sobretudo numa rela o de troca de experiências que amadurece ao longo dos anos (PET-arqueologia, 2018, 2019, 2020, 2021).

  importante ressaltar essa colabora o pois os resultados trazidos aqui não se constr iram sem os saberes dessas pessoas, que tem nos recebido, acolhido, contado sobre suas histórias, e principalmente indicado o que registrar, aonde, com quem, sob o desejo evidente de que as informa es sobre seu território não se percam com o tempo.

Apontamentos sobre a historiografia da ocupa o indígena no Pia 

Antes dos anos referentes   coloniza o do atual estado (1660-1850) o território piauiense, era considerado pelo colonizador como “terra de ninguém” (Oliveira, 2007; Assis & Oliveira, 2009; Dias, 2010) mesmo sendo densamente habitado por povos indígenas. Pois, como afirmou Nunes (1975:79), nos vales dos rios do Pia  os índios “fervilhavam como formigas”. Por sua vez, o período que se compreende entre 1613 e 1713, foi de muitos confrontos entre colonizadores e indígenas (Chaves, 2010).

O fato de o território não ter, de início, interessado ao colonizador, levou as popula es indígenas que fugiam do processo de coloniza o a refugiarem-se nas terras piauienses, “os índios fugidos da Bahia, Pernambuco, Ceará e de outras regiões do nordeste colonizadas entre os séculos XVI e início do XVII, se refugiavam em terras piauienses” (Assis, 2016:14).

Alguns pesquisadores, contudo, acreditam que essa característica de corredor migratório do território piauiense   muito mais antiga, remontando a pr -história, sendo testemunhada pela dispersão dos grafismos rupestres da tradi o Nordeste (Medeiros, 2002).

Segundo Nunes (1975) e Machado (2002) as principais na es que habitavam a região eram os Tabajaras, os Gueguês, Acro s, Timbiras, Jaicós, Trememb s e os Pimenteiras.

De acordo com Chaves (2010) apresentamos o seguinte quadro, valendo-se dos testemunhos de exploradores que indicam que após o início do processo de coloniza o até meados do século XVIII ocupavam o Pia  os seguintes povos (Quadro 1):

Quadro 1: Relação das Nações indígenas que habitavam o Piauí no século XVIII. Adaptado de Chaves (2010).

Povos	Localização
Tremembés	Baixo Parnaíba e seu delta
Aroquizes, corapotangas.	Chapada das Mangabeiras e no alto do Parnaíba
Aroanguiras, Capequacas, Cupicheres, Aranhazes, Aitatus e Corerás	Mais abaixo a Chapada das Mangabeiras e alto do Parnaíba
Abetiras, Beirtás, Coarás e Nongazes	Médio Parnaíba
Acoroás, Rodeleiros e Beçudos	Cabeceiras do Gurgueia
Bocoreimas, Corsiás e Lanceiros	Na extensão do Rio Cabeceiras do Gurgueia
Anassus e Alongazes	Serra da Ibiapaba
Aruazes	Riacho Sambito
Ubatês, Moatans, Janduins, Icós e Uirirês	Serra do Araripe
Araiés e Acumês	Cabeceiras do rio Piauí
Coaratizes e Jaicós	Vale do Gurgueia
Cupinharós	Canindé
Precatizes	Uruçuí
Putis	Foz do rio Poti
Aranhins e Crateús	Cabeceiras do rio Poti
Pimenteiras	Nos limites com o Pernambuco
Gueguês	Região central do Piauí

A distribuição indígena do Piauí apresenta dados que se distinguem de acordo com o autor(a), gerando a seguinte quantificação a respeito dos povos indígenas (Quadro 2)⁶ (Dias; Santos, 2010; Santos, 2019a).

⁶ Deve-se ter em conta o alto grau de mobilidade dessas populações, que não raro são mencionadas pela historiografia em terras pertencentes às diferentes capitanias do atual território brasileiro.

Quadro 2. Quantificação das Nações indígenas no Piauí no século XVIII. Fonte: (Dias; Santos, 2010; Santos, 2019a).

Ano	Autor	Quantidade de povos
(1966)	Odilon Nunes	58
(1984)	Moisés Castello Branco	36
(1969)	Camilo da Silva Filho	31
(1957)	Alberto da Costa e Silva	54
(1953)	Pe. Joaquim Chaves	52
(1994)	João Gabriel Batista	158

Posto tais fatos, Dias (2010) e Filho (1984) afirmam que nos meados do XIX praticamente não havia mais indígenas, e que eles teriam sido exterminados ou assimilados pelo restante da população.

A história dos índios no Piauí vem sendo, ao longo dos anos, uma história do massacre. Certos da ideia de que os antigos povos nativos que habitavam o atual território piauiense foram dizimados, os poucos autores que se prestam até hoje a analisar a vida e, principalmente, a morte desses grupos, tem nos seus escritos um forte caráter de denúncia contra a extrema brutalidade com que foram “arrasados” da região. Outros estudiosos, menos radicais, se não chegam a falar em extermínio total, concluem que a história dos índios no Piauí chega ao fim a partir do aldeamento e “pacificação” dos últimos grupos rebeldes, na passagem do século XVII. Ou seja, se não foram completamente destruídos pela força das armas e doenças, os poucos sobreviventes do massacre da colonização teriam se misturado com o restante da população, tendo suas “fracas” culturas engolidas pela civilização, e nascendo, a partir daí, o caboclo, ou mesmo o próprio piauiense. (Costa, 2011:141)

Essas afirmações têm sido perpetuadas pelo sistema de ensino, uma vez que são ensinadas a estudantes do sudeste do Piauí, propriamente na região da Serra da Capivara dentro da disciplina de história, como informa Assis (2016). Uma breve pesquisa em livros didáticos pode comprovar que esse fato se estende pela maior parte da rede de ensino piauiense.

A respeito desses dois séculos XVII e XVIII de contato entre colonizadores e indígenas foi “a violência extrema de uma guerra contínua que dispersou toda a população nativa” (Oliveira, 2007:26).

Analisando a historiografia piauiense, Assis (2016) e Santos (2019a) afirmam que o extermínio total não aconteceu, para (Assis, 2016:15) “a memória oficial utilizou-se da redução e do isolamento das comunidades indígenas, para pregar sua extinção” a partir do século XIX, o que

de acordo com os autores fez com que a narrativa sobre as populações indígenas no Piauí fosse construída de uma maneira que essas populações fossem cada vez mais esquecidas e silenciadas, e também fazendo que seus descendentes omitissem que tinham sangue indígena (Assis, 2016; Santos, 2019a).

Instrumental Teórico-Metodológico

Em São João do Sene o território onde povos indígenas e colonos viveram foi reocupado e ressignificado, e é nesse contexto que como apontado por Bezerra (2017:14) “podemos expandir este fenômeno chamado ‘arqueologia’ para a compreensão de outras relações construídas pelas pessoas no presente com as coisas do passado”, compreendendo a necessidade “de pensar não apenas nas hermenêuticas dessas materialidades, mas também no emprego da sua própria substância material em atividades ordinárias contemporâneas”.

Nesse sentido, fizemos um trabalho em conjunto com nossos interlocutores que buscou compreender o potencial arqueológico do local, mas também as suas demandas e preocupações para com espaços como as ruínas do aldeamento, que acreditamos colaborar para que sejam atendidas. Para tanto tivemos como referência os trabalhos de arqueologia pública⁷ desenvolvidos no contexto brasileiro (Bezerra, 2003, 2011, 2013, 2017) e em especial do território Serra da Capivara (Vieira, 2017; Otaviano, 2017; Mageste et. al, 2018; Martins, 2019; Macedo, 2019, 2020) que tem produzido arqueologias sócio e politicamente engajadas, que versam sobre a multivocalidade, sobre o movimento dos pesquisadores que não vão às comunidades de estudo somente para minerar informações para as suas pesquisas, mas que interagem em um nível mais profundo, que tem a sensibilidade de buscar quais os interesses daqueles que ali vivem em relação aos artefatos e lugares associados aos contextos arqueológicos. E, finalmente, que propõem que a pesquisa arqueológica seja interessante e apropriada pelas pessoas que convivem com o conhecimento arqueológico.

Ademais, utilizou-se de um do arcabouço teórico-metodológico da arqueologia histórica, observando que o que demarca o campo operacional da abordagem na América é justamente o colonialismo europeu (Funari, 2002; Lima, 2002; Lima, 2008; Gheno & Machado, 2013). No Brasil

⁷ Termo inicialmente apresentado na obra de Charles McGinsey: “*Public Archaeology*” no ano de 1972 nos Estados Unidos.

durante o processo de colonização os indígenas e negros foram, em sua maioria, subjugados, dentro das relações de poder estabelecidas com os demais agentes envolvidos.

Tal discurso tem predominado na historiografia oficial, já que a documentação utilizada para a fundamentar foi, em grande parte, constituída por essas mesmas classes dominantes. Recentemente, entretanto, alguns historiadores e arqueólogos têm buscado num processo descolonial, mostrar que os povos indígenas e africanos desenvolveram estratégias de resistência em vez de simplesmente sucumbirem passivamente ao domínio europeu. Ainda que muito dessa desconstrução tenha sido possível graças a um trabalho de reinterpretação dos documentos e até mesmo de verdadeiras escavações nos arquivos públicos que puderam trazer à tona uma série de documentos inéditos, as fontes orais e a arqueologia possuem um enorme potencial para reparar as formas como esses povos foram até pouco tempo sub-representados.

Com isso se apresentou a possibilidade de rediscutir o processo colonial no Piauí, buscando inserir as narrativas acerca do aldeamento São João de Sende naquele contexto. Em nossa pesquisa, ainda que cientes de que o colonizador tivesse exercido, na maior parte do tempo, essa mesma dominação sobre os indígenas, procurou-se dar visibilidade aos papéis desempenhados pelos povos indígenas, bem como a sua relevância e ressignificação no imaginário popular atual. Vale ressaltar que nas narrativas atuais em Tanque do Piauí mencionam-se lugares e histórias relacionadas aos indígenas, e até mesmo à temática religiosa, mas pouco se fala a respeito das fazendas de gado coloniais e de seus moradores no período.

Para a compreensão dessas falas que compõem a narrativa da tradição oral, seus elementos na comunidade de São João de Sene e no município de Tanque do Piauí, bem como os lugares de memória que são atribuídos a ocupação indígena, foram realizados diálogos informais nas primeiras visitas, e foram registradas em março de 2019 entrevistas⁸ autorizadas com cinco moradores.

⁸ Almejando-se um resultado expressivo de informações, assim como evitar que os entrevistados se sentissem intimidados, num primeiro momento optamos pela entrevista semiestruturada, por outro lado, em algumas situações específicas, especialmente com nossos interlocutores habituais, optou-se pela entrevista aberta. As técnicas de entrevista aberta e semi-estruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes (Boni & Quaresma, 2005).

Para a compreensão da narrativa historiográfica de São João de Sendé, que era um dos interesses dos moradores, realizamos a análise de trabalhos historiográficos, ou seja, fontes secundárias a respeito do aldeamento, construídas a partir da análise da documentação oficial. Tais documentos estão ligados ao processo de colonização do Estado, e, no que mais nos interessam, referem-se ao Aldeamento de São João de Sendé. Eles estão localizados no Arquivo Público do Piauí, na capital Teresina, no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), em Belém e no Arquivo Público do Maranhão (APEM), em São Luís- MA, Arquivo Ultramarino em Lisboa, e outros, conforme Carvalho (2005), Miranda (2005) e Oliveira (2007).

Arqueologia e memória: o sítio arqueológico e a paisagem como lugares de memória

Analisaram-se os artefatos, estruturas e informações orais através do conceito teórico de memória e memória coletiva⁹. Le Goff (1924:366) coloca que a memória é como uma propriedade “de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, interligando assim passado e presente. Por sua vez Nora (1984:9) afirma que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. A arqueologia e a memória emergem daquilo que passou, do passado, porém são fenômenos atuais, têm suas raízes no passado, mas estão aqui no presente.

Para Nora (1984:9) “a memória se enraíza no concreto, no espaço, na imagem, no objeto”, atua assim sobre a narrativa da tradição oral, mas igualmente através dos vestígios, e sítios arqueológicos que muitas vezes se caracterizam também como lugares de memória. Nos lugares de memória há a coexistência de três aspectos, o material, o simbólico, e o funcional, que remonta as lembranças e a sua transmissão (Nora, 1984), Nora caracteriza esses espaços como lugares oficiais como o exemplo de museu.

Nessa pesquisa ressignificamos esse conceito, utilizando-o para pensar no que a comunidade em questão nos apresenta enquanto seus lugares de memória. Estes não são lugares oficiais como um museu, mas são lugares que remetem à memória sobre a ocupação indígena dali, por exemplo, as ruínas do aldeamento, e a nascente “Vai e não Torna”. Pelo intermédio da cultura

⁹ Halbwachs (1950) elabora o conceito de memória coletiva, sublinhando que a memória deve ser entendida também ou sobretudo, como fenômeno coletivo e social, construído por grupos sociais.

material as narrativas aparecem como lembranças, “a lembrança é em larga medida uma construção do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (Halbwachs, 1950:71). Esses dados do presente, no nosso contexto de pesquisa se referem a materialidade arqueológica, pois “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (Bosi, 1994:55), mas também se referem a uma forma atual de se ver as coisas, a partir de experiências vivenciadas no passado recente, e que ajudam em certa medida a remodelar esse passado. Como pontuam Schmidt e Mahfoud (1993:292) “na memória coletiva o passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado”

Para Halbwachs (1950) as lembranças são frutos de um processo coletivo. Assim, as lembranças não são individuais, pois ainda que pessoais, após verbalizadas, não existem separadas do seu grupo, isto é, as lembranças individuais provavelmente estão ligadas a um grupo e ambiente que o indivíduo está inserido. Para Schmidt e Mahfoud (1993:293) “a memória coletiva vive, sobretudo, na tradição”. Neste trabalho a memória coletiva, vive, sobretudo na tradição oral, passando de geração em geração, pois conforme afirma Halbwachs (1950), a memória coletiva se apresenta em quadros temporais, através dos testemunhos, que compõem a nossa apresentação sobre as narrativas da tradição oral.

A narrativa historiográfica do aldeamento de São João de Sende (1765-1786)

De acordo com Oliveira (2007) após a expulsão dos jesuítas no ano 1758, na segunda metade do século XVIII, as campanhas contra os índios se concentram no Sudeste do Piauí, e com base no levantamento documental feito por Miranda (2005), sabemos que os índios Gueguês foram conquistados no final de junho de 1765, pelo tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, “na bacia ocidental do rio Uruçuí, hoje Uruçuí-preto, na altura da atual reserva ecológica de Uruçuí-Una”. Sobre tal acontecimento Dantas e colaboradores (1992:444) relatam que “o trabalho da subjugação desses índios seria dado como completo só em 1764, quando João do Rego Castelo Branco dá início à campanha contra os Gueguês da margem do Gurguéia, que “pediram pazes” em 1765 e seriam aldeados sob a direção do mesmo Castelo Branco.

Miranda (2005) informa ainda que o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco contou com a ajuda de um índio já catequizado, pertencente à nação Gueguê, chamado Manoel de Matos,

a quem atribuiu a concretização da capitulação¹⁰. O autor também aponta que houve mortes nesse processo de conquista dos Gueguês, e que houve troca de vinte e cinco prisioneiros índios, por sete cristãos que viviam com os índios, como cativos, posto isso conseguiu-se paz com os denominados “silvícolas” (que eram os índios não submetidos, “os considerados selvagens”), e a fim de obter sucesso na conquista dos Gueguês, deram-lhe presentes. Dessa forma, inicia-se o descimento desses índios. Em nove de outubro de 1765, o tenente-coronel chegou a Jerumenha, com a nação Gueguê pacificada, e os indígenas ainda magoados pelos ataques sofridos, pedem para serem aldeados o mais longe possível (Miranda, 2005):

este gentio, Illm^o Senhor, rogamos seja por V.S^a determinado para quanto mais longe melhor, porque ainda nos fica viva a lembrança do muito mal, que nos fez; e se tornar para a sua terra, teremos novos trabalhos, talvez em tempo, que não tenhamos a V. S^a para nos enxugar as lagrimas como agora (CABACap. Cod. 147:42. Apud Miranda,2005:125).

Posto tais situações, eles foram aldeados numa localidade situada oito léguas ao norte de Oeiras, “logo mais chegando a Oeiras, de onde passam oito léguas ao norte, na zona rural do atual Município de Tanque do Piauí, para fundarem um novo aldeamento” (Miranda 2011:256).

Miranda (2005) observa ainda que foi uma estratégia militar o estabelecimento da nova missão tão próxima de Oeiras, pois facilitava o controle dos aldeados em caso de fuga para as antigas moradas, “pois poderiam ser interceptados pelas tropas militares em Oeiras e nas freguesias de Jerumenha e Pastos Bons (Miranda, 2005:127).

Sendo uma légua equivalente a 6 km, a distância que se tinha do local onde os Gueguês foram aldeados ao norte da capital era correspondente a aproximadamente 48 km. Segundo Oliveira (2007:42) “No local do antigo aldeamento, está localizado hoje um povoado do mesmo nome que pertence ao município de Tanque do Piauí”, a cidade se encontra a 67 km de Oeiras, e a localidade apontada é na verdade quase homônima, chama-se São João do Sene, sem o “d”.

De acordo com Mott (1985), Miranda (2005; 2011) e Oliveira, (2007), o governador João Pereira formaliza a fundação da nova missão indígena no Piauí, em vinte e nove de novembro de 1765,

¹⁰Termo das condições em que um chefe militar se rende. Transação entre litigantes ou desavindos. Rendição. Transigência, cedência. Sujeição. *Capitulação* in Dicionário infopédia da língua portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consult. 2019-11-08 00:38:15]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/capitulação>, acesso em 14 de novembro de 2019.

o aldeamento denominado de São João de Sende “em homenagem a São João Batista, santo de mesmo nome, devoção e patrono do governador da época, e Sende, devido a uma localidade no Conselho de Monção, Distrito de Viana do Castelo, Província do Minho em Portugal”.

O aldeamento não teve juntamente a sua fundação a presença de uma figura religiosa. Apenas em 1768 chegou ali o frei franciscano Manuel de Santa Catarina, ficando até fevereiro de 1773, quando o segundo frei Francisco Tavares assumiu o posto, seguido do padre João Paes Godinho e padre Raimundo Alves Perreira, como afirma Miranda (2005). Abaixo (Figura 2) é apresentado o mapa de Nimuendaju que inclui a localização dos Guêguê, bem como datas, que podem ser atreladas ao aldeamento de São João de Sende.

Miranda (2005) e Oliveira (2007) informam a quantidade de indígenas no aldeamento. Segundo estes autores na sua fundação foram aldeados 434 índios Gueguê, em 1766, contava-se com 337 índios; e, em 1772, com apenas 252, em 1778, os Gueguê de São João de Sende foram transferidos para o aldeamento de São Gonçalo, “ficando junto dos Acoroá, seus inimigos, contrariando a legislação vigente, que permitia a reunião de tribos diferentes no mesmo aldeamento, apenas se condicionada à vontade do grupo” (Oliveira, 2007:58).

em geral dos habitantes dos lugares mencionados e em particular de cada uma das referidas povoações, por meio das notícias dos mortos e nascidos.

Segundo informa Miranda (2005) no ano de 1778, houve uma fuga em São João de Sende, que teria sido co-liderada por um escravo negro. Essa informação além de significar alterações na demografia do lugar, pode ser um indicativo da presença de negros fugitivos no aldeamento. Em 1779, os Gueguês reagiram à ameaça de extinção da aldeia, se dedicando ainda mais às atividades na lavoura e edificação do local (idem). Com relação às edificações existentes no interior do aldeamento, o mesmo autor menciona a existência da capela, da casa do capelão e instalações para escola e habitação.

De acordo com Chaves (2010), aqueles que desejavam ter empregados que trabalhassem de graça, requeriam ao juiz, os índios de São João de Sende. Mesmo mediante a proibição da escravidão havia outros mecanismos que possibilitavam o usufruto da mão de obra indígena, por meio do trabalho compulsório, como a prática incentivada pela coroa de ceder indígenas aldeados a colonos para aprenderem diversos ofícios. O que pareceria uma iniciativa nobre por parte da coroa acabou por criar mecanismos de escravização dos indígenas. Essa medida contribuiu também para a diminuição da população do aldeamento. Segundo Carvalho e Nunes (2016) a desocupação total do aldeamento se deu em 1789.

Embora Miranda (2005) descreva que o local do aldeamento não era tão fértil, posteriormente ressaltou que “apesar do decréscimo populacional, por vários anos foi o único aldeamento indígena a apresentar produção agrícola na capitania de S. José do Piauí” (Miranda, 2011:256). Em nossas atividades de campo observamos as nascentes da comunidade São João de Sene e uma vegetação exuberante. Sabemos que mesmo moradores que saem para fazer faculdade fora, após o fim dela, retornam à comunidade para o trabalho da roça, pois ela tem garantido sustento das várias famílias que vivem ali, ou seja, trata-se sim de terras produtivas.

A comunidade São João De Sene e as narrativas orais a respeito do aldeamento de São João De Sende

Sendo o aldeamento São João de Sende extinto em 1786, e posteriormente desocupado em 1789, o local seguiu sendo administrado pelo governo estadual, e em 1886 essas terras dão

origem a comunidade por meio de doação já com a mudança de nome para São João de Sene¹³, sob a jurisdição de Oeiras-PI. Como a maior parte das áreas rurais brasileiras, São João de Sene não tem registros da sua história, o que se tem de informação hoje “é fruto da tradição de se passar os fatos de pai para filho”, segundo Carvalho e Nunes (2016:41).

De acordo com moradores, atualmente a comunidade conta com cerca de 100 habitantes distribuídos em 24 casas, todos com laços familiares. Na comunidade, existem locais que podem ser interpretados como lugares de memória¹⁴, como as ruínas remetidas ao aldeamento, a nascente “Vai e não torna”, o mirante da pedra, e o local que chamam de igreja velha que tem a presença de um cemitério (Figura 3).



Figura 3: Lugares associados pela comunidade ao aldeamento. Fonte: Google Earth, 2022. Adaptado pelos autores, 2022.

¹³ Segundo os autores Carvalho e Nunes (2016) pode ter sido em decorrência de um erro ortográfico, ou que o nome Sene possa estar relacionado à planta sene, da qual se produz um chá das folhas que pode amenizar os efeitos intestinais causados pela doença de Chagas, e que teria sido utilizado pelas pessoas na região.

¹⁴ Além de lugares que podem ser classificados por ambas as definições: sítios arqueológicos e lugares de memória. O que remete ao processo de ressignificação desses espaços.

Nas ruínas atribuídas ao aldeamento São João de Sendé, local também conhecido como a casa dos padres, é possível avistar alvenarias e partes das cercas de pedras¹⁵ da estrutura ali construída e o barro foi utilizado para afiação dessas pedras, ainda que sua visibilidade seja parcialmente comprometida pela vegetação (Figura 4).



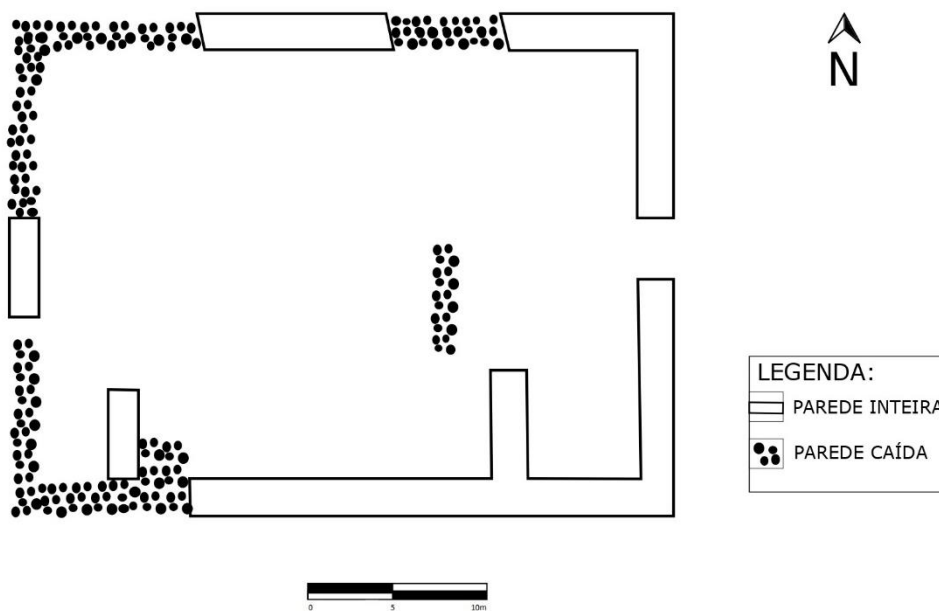
Figura 4: Ruínas do aldeamento. Fonte: Acervo PET – Arqueologia, 2018.

Os moradores nos explicaram que essas estruturas no passado eram mais altas, e que os compartimentos eram mais visíveis, que parecia a estrutura de uma residência, mas que com o tempo, a chuva e os animais, foram derrubando as paredes. Há relatos de que partes dos blocos que originalmente faziam parte das estruturas foram removidos para construir casas dos moradores atuais. A parte onde é possível ver as estruturas ainda de pé tem pontos com altura de 68 centímetros e pontos com 110 cm de altura. A estrutura ocupa um espaço de aproximadamente 29 x 13 m² (Figura 5).

Essa estrutura também é conhecida como casa “almada”. Carvalho e Nunes (2016) explicam que o termo utilizado na região se refere a edificações associadas à existência de almas penadas, assombrações, ou aleivosias, também referidas como “alivusias”. Souza e Kesting (2014)

15 Esse tipo de estrutura é conhecida na literatura como “cercas de pedra” (Ferreira et al., 2017).

apresentam relatos parecidos no estudo do umbuzeiro dos defuntos em São Lourenço do Piauí, e Santos (2019) através dos lugares de memória e relatos na comunidade de Jatobá dos Ferros, Distrito de caldeirãozinho em Jurema- PI, associados a fenômenos sobrenaturais.



Desenho por Márcia Castro (2021), vetorizado por Diego de Souza (2021).

Figura 5: Croqui da Estrutura de pedras. Fonte: Desenho por Márcia Castro, vetorização Diego de Souza (2021).

O “Vai e não torna” pode ou não ter participado da dinâmica colonial, mas é um importante lugar de memória para a comunidade de São João de Sene e de Tanque do Piauí, já que serve de cenário para tantas histórias. A nascente fica localizada no quintal da residência de uma das nossas interlocutoras, sobre ela foram construídas narrativas ao longo dos anos que contam o desaparecimento de pessoas que iam até lá buscar água. Por isso é chamada de “Vai e não torna”, pois quem ia lá, não retornava, sugerindo-se práticas de sequestro e canibalismo pelos índios que viviam no local. Alguns dos nossos interlocutores discordam, e afirmam, entretanto, que apenas animais desapareciam na nascente. O roubo de animais é uma constante na historiografia das fazendas coloniais do sudeste do Piauí, uma vez que os indígenas não tinham a noção de propriedade privada, e os espaços ocupados pelas fazendas fazia parte do seu raio de ação, onde manejavam e caçavam animais silvestres (Miranda, 2010; Oliveira, 2007). Existe ainda outro relato contado pela dona da propriedade que ela considera muito bonito. Ela afirma, ter vivenciado junto a sua avó e sua mãe, que essa água do “Vai e não torna” é benta, segundo

conta, “quando as crianças gripavam, tinham febre, só melhorava se tomasse um banho com essa água (sic), e que no período de chuva era o lugar dos arco-íris baixar”.

Durante nossas prospecções nas proximidades da nascente do Vai e não torna, fomos sempre acompanhados pelos moradores, que se fazem nossos interlocutores (Figura 6).



Figura 6: Na nascente acompanhadas e acompanhado por Franceilza e seus relatos. Fonte: Acervo PET – Arqueologia, 2018.

Várias narrativas mencionam que ancestrais do sexo feminino que eram “pegas a dentes de cachorro”, Negreiros (2012:3) diz que se trata de um “jargão comum aos descendentes de índio espalhados pelo Brasil”. Também percebemos no que foi apresentado por Assis (2016:70) “que o fio da memória é tecido por grupos sociais, a recorrência dessa memória do índio pego a dente de cachorro vem na tentativa de construir uma base comum da memória indígena”, pois quando as pessoas são perguntadas sobre o passado indígena a história da avó ou bisavó pega a dente de cachorro quase sempre surge. Outro dos nossos interlocutores, o Senhor Zé Pequeno, relata a existência de histórias tristes de que o homem branco quando se aproximava dos índios, corriam atrás das índias com as crianças e as pegavam (sequestravam).

Dona Eliete explica que existem muitas coisas interessantes no local, e que já foram encontradas peças que ela e a família acreditam pertencer aos índios, como um artefato lítico polido que um outro morador guarda em sua casa (Figura 7).



Figura 7: Machado polido. Fonte: Acervo PET – Arqueologia, 2018.

A peça tem sido mantida na casa da família há cerca de 25 anos e é guardada com zelo. Os moradores já atribuíram à peça a função de esticar o couro de animais, o que pode ser uma forma de ressignificação destes objetos.

Ainda nos referindo sobre artefatos encontrados e guardados pelos moradores na comunidade há um cachimbo (Figura 8) que foi encontrado há cerca de seis anos, há aproximadamente 2 km do “Vai e não torna”, que é guardado por um casal de idosos, que se referem a peça como seu “tesouro”.



Figura 08: Cachimbo Fonte. Edson Oliveira, 2022.

Em nossas atividades e conversas com as pessoas da comunidade, ainda surgiram relatos sobre a existência de mais peças. Com isso, compreendemos que esses achados e o interesse em guardá-los remontam a relação das pessoas com a cultura material em São João de Sene.

Ainda sobre lugares “assombrados” há a lenda da Mangueira caída, cujos mais velhos da região costumavam contar, como explica Dona Eliete: “Tem um trecho de estrada que é só de mangueira, lá é escuro, lá as pessoas mais velhas contaram que viram um cordão de ouro durante a noite, brilhoso e que não deixava ninguém passar”. Ela finaliza relatando sobre suas experiências nesse local “agora no meu tempo pra cá, eu nunca vi assombração lá não, e já passei a noite sozinha por lá”.

Sobre as ruínas da casa almada e da Mangueira caída ainda há relatos de que as pessoas optavam por não passar por estes locais durante a noite, pois era o horário mais propício para a aparição. Em decorrência de tal fato conta-se que mulheres grávidas ao sentirem a dor do parto no período noturno, tiveram que lidar com o medo dos seus maridos de buscarem a parteira a noite, pois os mesmos tinham receio de passar pela casa almada, e com isso só buscavam a parteira quando saía a luz do sol, e a partir daí, os pais das moças, no intuito de avaliar a coragem dos pretendentes de suas filhas, tinham como praxe perguntar-lhes se passariam pelas casas tidas como almadas durante a noite, os rapazes que passavam a noite por esses lugares se tornavam os pretendentes mais cobiçados (Carvalho e Nunes, 2016).

Em reflexão sobre esse contexto, e em diálogo com os trabalhos podemos refletir sobre como nesta pesquisa e na de Souza e Kesting (2014), às assombrações ou “alivusias” aparecem em locais associados à ocupação indígena no passado. O que pode ser decorrente de achados fortuitos de remanescentes ósseos dessas populações.

Há ainda a narrativa sobre a fuga dos índios que viviam ali, que coincide com episódios historicamente documentados, porém com uma especificidade que não é mencionada nos documentos. Segundo Dona Eliete “dizem até que quando eles foram fugir daqui, iam pelo rastro um dos outros, caminhando ao contrário, para não encontrarem eles (sic)”. Seu Zé pequeno também relatou que “outras histórias que os mais velhos contam, que não tá registrada em livro, (...) que eles, os índios, saíram fugido de São João de Sene, voltando

caminhando de costas todos pisando no rastro de um só, pra que pensassem que era o rastro de um único índio chegando (sic)”.

Outra estrutura existente no município de São João do Sene, é atribuída a uma igreja, conhecida como Igreja Velha, em algumas narrativas está associada ao aldeamento, porém em outras, menciona-se a realização de missas há poucas décadas, de modo que não conseguimos identificar se ali se deu uma situação de reuso da estrutura ou é apenas uma confusão de narrativas. Um dos nossos interlocutores, o Sr. Antônio Araújo relata ter participado de missas ali, e que havia um telhado de palha sobre as estruturas de pedra.

Praticamente anexo às ruínas da suposta igreja, existe um cemitério cujos túmulos mais recentes datam da década de 1970. Em poucos jazigos foi possível verificar a data do sepultamento. Nesse cemitério há túmulos de cimento, cerâmica e outros demarcados com pedras e uma cruz de madeira que aparentam ser muito antigos (Figura 9). Pode se supor que o lugar foi reutilizado, porém são necessários mais estudos para se verificar essa hipótese. O Sr. Antônio relata que os patriarcas da localidade de São João do Sene foram enterrados ali nas proximidades das ruínas.



Figura 9: Cemitério. Fonte: acervo PET – Arqueologia, 2018.

O mirante de pedra (Figura 10) é apresentado pelos nossos interlocutores, como o ponto mais alto da comunidade, segundo estes, os indígenas, teriam utilizado esse local como ponto de observação. Ali também foi colocada uma cruz de madeira por membros da comunidade, em

cima da rocha vista da imagem, mas com o tempo a cruz acabou por se deteriorar e se desprender.



Figura 10: Mirante da torre de pedra Fonte: Acervo PET- Arqueologia, 2018.

Ainda segundo Carvalho e Nunes (2016) os moradores de Tanque do Piauí reclamam de lacunas na sua história no que se refere ao Aldeamento São João de Sende. Fato esse que constatamos também em campo, quando os moradores nos contam sobre esse passado do aldeamento em suas terras e os locais e materiais a eles remetidos, e explicam que gostariam de ver essas coisas escritas. Por outro lado, também existem moradores que relatam não acreditar nessa história de que moravam indígenas ali em São João de Sene, e defendem que essa história é como uma lenda, mas o curioso é que ainda que não acreditem, eles acabam também repercutindo histórias de índios ali.

Uma reflexão a respeito das diferentes narrativas em São João de Sende/Sene

Percebeu-se que parte da narrativa oral está fundada na historiografia, já que as pessoas se mostram conhecedoras da historiografia oficial, citando por exemplo as ordens religiosas que enviaram párocos para o aldeamento; e parte foi construída a partir da tradição oral, como no que dizem a respeito sobre a nascente Vai e não torna, as casas almadadas, o mirante, sobre a fuga dos índios caminhando ao contrário (de costas), e sobre descendências indígenas, eventualmente mencionadas, como nas histórias de mulheres “pegas a dente de cachorro”.

Em São João de Sene o reuso e ressignificação dos materiais arqueológicos se evidencia por meio dos blocos de rocha que outrora integraram os muros e paredes do local denominado aldeamento e agora jazem nos baldrames de algumas casas, por meio de um machado polido ao qual se atribui a função de esticar couro, e até mesmo do significado de tesouro de família remetido a cachimbos que passam de geração em geração. Contudo, mais do que isso, essa materialidade serve como suporte para a criação de uma relação de respeito e admiração pelas populações indígenas que ocuparam o local. Suportam ainda um sentimento de curiosidade com relação as lendas de assombrações e "aleivosias" transmitidas pelos mais velhos, e finalmente a busca pela prosperidade por meio da exploração do potencial turístico que os sítios arqueológicos, junto às paisagens naturais que muitas vezes se misturam no imaginário local, podem possibilitar.

Ainda fazendo parte das narrativas da tradição oral, tivemos relatos por parte dos moradores, a respeito de duas situações que remontam as relações que constroem com a materialidade arqueológica do Aldeamento de São João de Sende e ocupações indígenas coloniais e pré-coloniais: a primeira diz respeito a retirada de material, provavelmente arqueológico por visitantes que ali passaram, fato que desagradou os moradores. Onde temos a possibilidade de reflexão sobre a apropriação e ressignificação das coisas do passado na vida das pessoas no presente (Bezerra, 2017).

Uma de nossas interlocutoras relata que não concorda e que fica triste com visitantes que entram na comunidade sem aviso, e ainda mais quando levam os artefatos que encontram pelo caminho, sente-se que ela reivindica e valoriza a materialidade presente na comunidade. No fim do seu relato sobre essa situação, ela só pede o mínimo que qualquer visitante deve fazer, comunicar. Pois ela afirma e enfatiza que "nunca deixou ninguém sem entrar".

A segunda situação relatada, das situações que mencionamos, se trata de um episódio que aconteceu com um dos senhores mais velhos da comunidade. Segundo as narrativas, uma certa vez, uma representante da imprensa veio realizar uma reportagem sobre a comunidade, e na casa desse senhor, na época com mais de 80 anos, realizou com o mesmo uma entrevista, onde ele mostrou alguns materiais que guarda, a repórter então teria pedido para levar os materiais, e o senhor respondeu que não, pelo motivo de que outras pessoas querendo vê-los ainda iriam

passar por lá, e que se ele lhe entregasse o material, não teria mais o que mostrar, poderia contar as histórias, mas não teria comprová-las.

Ambas as situações demonstram a existência de uma relação estabelecida com a materialidade ali, tanto aquela disposta nos sítios, como nas suas próprias casas, a cultura material é ponte para as narrativas que aparecem aqui como lembranças em São João de Sene, como fundamentado por Halbwachs (1950) e Bosi (1994).

Compreendemos então o quanto os materiais arqueológicos são importantes para essas pessoas e que estes ajudam a materializar a presença indígena presente em suas narrativas. Essa importância pode ser constatada no seu entendimento e posicionamento sobre as pesquisas e visitas ali, quando percebemos que elas podem ou não gostar da maneira como essas ações estão sendo conduzidas, e na exposição dos seus sentimentos em relação a isso.

Constatamos ainda que as narrativas da tradição oral resultaram em uma construção de um roteiro de visitas pela comunidade composto pelos lugares que para eles são vinculados ao aldeamento que foram descritos nesse artigo, também no livro “São João de Sene: 100 anos depois do aldeamento” de Carvalho e Nunes (2016) e no festival de cultura de São João de Sene que já teve quatro edições (2016, 2018, 2020 e 2022) como forma de celebrar a história e a cultura da região. É por meio dessas manifestações que compreendemos o quanto o passado indígena da região é considerado importante pelos moradores da localidade São João de Sene e do município de Tanque do Piauí.

Considerações

Apresentaram-se com esse trabalho possibilidades de se rediscutir o processo da colonização no Piauí, contribuindo com informações e interpretações sobre as fontes existentes. Ressaltam-se as pesquisas a respeito dos povos indígenas que viveram no território piauiense, e ao novo fôlego que essa temática tem absorvido nos últimos anos. Este trabalho junta-se aos recentes esforços que buscam apresentar a historiografia, história oral e demais fontes existentes a fim de se expandir os conhecimentos sobre esse período e discuti-lo com novos olhares. Com raras exceções, as pesquisas dedicadas ao tema foram construídas exclusivamente a partir de documentos oficiais e, não se pode ignorar que tais fontes foram construídas a partir da

percepção dos agentes do estado, colonos, bandeirantes. Nelas os indígenas foram retratados sempre de forma pejorativa, como perturbadores da ordem pública. Compreendemos que as fontes escritas possuem um valor incomensurável, mas seu estudo deve ser feito de forma crítica e cuidadosa, de modo a não perpetuar as injustiças sofridas pelas classes subalternas, que acabam por se fazer presentes nos discursos contemporâneos da nossa sociedade.

Posto tais considerações, gostaríamos de convidar o leitor a refletir sobre os demais resultados dessa pesquisa, que vem do interesse da comunidade e dos pesquisadores. Ao falar do trabalho ombro a ombro dos pesquisadores na execução de suas respectivas pesquisas, Bosi (1994:38) afirma que “uma pesquisa é um compromisso afetivo”. Compreendeu-se na experiência deste trabalho a afirmativa de Bosi. Quando uma pesquisa começa a ser pensada, ninguém escolhe fazer ciência sem o mínimo de afeto pela temática que escolhe estudar. O afeto vem desde a criação até a execução da pesquisa, não importa o quão ela pareça racional, contudo, em uma pesquisa com comunidades, o afeto pode vir principalmente do envolvimento com os protagonistas contemporâneos da pesquisa. Essas pessoas nos recebem, acolhem, contam sobre suas histórias e mostram os caminhos para os sítios arqueológicos que estamos procurando, lugares preciosos para eles.

Por conta das experiências vivenciadas em São João de Sene e Tanque do Piauí, e da sensibilização com a comunidade e o patrimônio existente, decidimos por continuar com a pesquisa, por meio de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque/Univasf). Este novo momento acadêmico está sendo desenvolvido em parceria com as comunidades no projeto intitulado “O Museu Já Está Aqui: Arqueologia, Paisagem, Patrimônio e Museologia em Tanque Do Piauí” que almeja atender por meio dos diálogos dos campos teóricos da arqueologia e museologia os anseios expressos pela comunidade sobre os estudos do seu contexto.

Por último, ao fim deste artigo, refletimos como nós pesquisadores também somos ferramentas, nas relações sociais, com a paisagem e com os artefatos, estamos em campo ouvindo, observando de maneira atenta, em campo nos silenciemos para ouvir os demais protagonistas da nossa pesquisa, e tentamos de alguma forma passar para nosso trabalho, uma perspectiva que busca fugir da imagem do pesquisador colonialista, ainda que a tentativa seja sem sucesso, estamos aqui tentando, esse é o nosso maior resultado.

Referências

- ASSIS, N. P. D. 2009. Sítio Arqueológico Brejo de São João: Um estudo de caso sobre a Companhia de Jesus no Piauí - Sec. XVIII. Monografia (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato.
- ASSIS, R. S. 2016. Os índios do Território Serra da Capivara: História, Memória e Ensino. Dissertação de mestrado (Mestrado Profissional em Ensino de História) Universidade Federal do Tocantins - UFT, Araguaína.
- BEZERRA M. A. 2003. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 1, n. 2, p.275-295.
- BEZERRA, M. A. 2011. " As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 6, p. 57-70.
- BEZERRA, M. A. 2013. Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, Unicamp, v.7, p. 107-122.
- BEZERRA, M. A. 2017. Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. Belém. GK Noronha.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. 2005. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80.
- BOSI, E. 1994. *Memória e Sociedade: Lembrança dos velhos*. 3ªEd. Companhia das Letras. São Paulo.
- CARVALHO, J. R. F. 2005. *Resistência indígena no Piauí Colonial 1718-1774*. Imperatriz. Ética editora.
- CARVALHO, S. B. NUNES, R. C. 2016. *São João de Sende: 100 anos depois do fim do aldeamento*. Teresina, Gráfica do povo.
- CASTRO, M. S. 2020. *As Narrativas acerca do Aldeamento São João de Sende (1765-1786): Historiografia, Tradição oral e Arqueologia*. Monografia (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) -Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato.
- CHAVES, J. 1953. *O Índio no Solo Piauiense*. Teresina: Livraria Brasileira LTDA..
- COSTA, B.A. 2019. Termo de autorização para dados etnográficos e uso de imagem. Entrevista cedida a Márcia de Santana Castro em 26 de março de 2019.
- COSTA, E. N. 2019. Termo de autorização para dados etnográficos e uso de imagem. Entrevista cedida a Márcia de Santana Castro em 26 de março de 2019.
- COSTA, F. A. P. 1974. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Ed. Artenova. 1974.
- COSTA, J. P. P. 2011. A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí. In: PINHEIRO, A. et al (orgs) *Patrimônio arqueológico e cultura indígena*. Grupo de Pesquisa/CNPq Memória, Ensino e Patrimônio Cultural da UFPI- Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

- DANTAS, B. et al. 1992. Povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, M. C (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Fafesp/Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, p. 431-456.
- DIAS, C. M. M.; SANTOS, P. S. (Orgs.) 2010. História dos Índios do Piauí. Teresina: Edufpi/Gráfica Do Povo.
- DIAS, O. 2014. Série- História da Arqueologia Pronapa - Uma História da Arqueologia Brasileira Contada Por Quem A Viveu. Entrevistado por Jandira Neto em janeiro de 2014, Por Jandira Neto (IAB – Instituto de Arqueologia Brasileira).
- FILHO, M. C. B. 1984. O Índio no povoamento do Piauí. Teresina; Artes Gráficas.
- FUNARI, P. P. A. 2002 A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. 107-115. In: Zarankin, A; SENATORE, M. X. (Orgs.). Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul. Buenos Aires: Ediciones Del Trindade.
- GHENO, D.A; MACHADO, N.T.G. 2013. Arqueologia Histórica- Abordagens. História: Questões & Debates, Curitiba: UFPR, n. 58, p. 161-183.
- HALBWACHS, M. 1950. A Memória coletiva. São Paulo: Vertice.
- LE GOFF, J. 1924. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp.
- LIMA, L. P. 2008. Contribuição para a arqueologia histórica em Angra dos Reis: as fortificações em Ponta Leste – um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LIMA, T. A. 2002. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 7-23.
- LIMA, T. A. 2007. A Arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. Canindé, Xingó. Nº 10, p. 11-26.
- MACÊDO, G. S. 2019. 'Aqui, onde cavar acha pote!': Patrimônio Arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí-PI e seus usos e significados no presente. Monografia (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato.
- MACÊDO, G.S. & MAGESTE, L.E.C. 2020. “Aqui, Onde Cavar Acha Pote”: Patrimônio Arqueológico nos Quintais dos Moradores de São Braz do Piauí-PI e seus Usos e Significados no Presente. FUMDHAMentos, vol. XVII, n. 2. pp. 129-156.
- MACHADO, P. H. C. 2013. As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense. In: DIAS, C. M. M.; Santos, P. S. (Orgs.). História dos Índios do Piauí. Teresina: Edufpi, 2011.
- MAGESTE, L. E. C et al 2017. Conexões entre arqueologia pública e museologia social: o centro museológico de experimentação comunitária do território quilombola de lagoas, PI. Revista Arqueologia Pública, v. 12, n. 2 [21], p. 161-180.

- MARTINS, T. G. 2019. Objetos de Memória: Análise da coleção da “Dona Vani” e “Seu Valdomiro” através da perspectiva da Arqueologia Pública. Monografia (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato.
- MEDEIROS, R. P. 2002. Povos indígenas do Sertão nordestino no período colonial: descobrimentos, alianças, resistências e encobrimento. FUMDHAMentos, vol.2. p. 8-52.
- MIRANDA, R. 2005. A ferro e a fogo: vida e morte de uma nação indígena no sertão do Piauí. Teresina: sd.
- MIRANDA, R. 2010 A ferro e a fogo: vida e morte de uma nação indígena no sertão do Piauí (autos de devassa da morte dos índios gueguês) In: Dias, C. M. M.; Santos, P. S. (Orgs). História dos Índios do Piauí. Teresina: EDUFPI, p. 249-342.
- MOTT, L. R. B. 1985. Piauí Colonial; População, Economia e Sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela.
- NEGREIROS, R. M. B. 2012. As trilhas da morte no sertão das pimenteiras – PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- NIMUENDAJU, C. 1981. Mapa etno-histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_mapa.pdf, acesso em 14 de novembro de 2019.
- NORA, P. 1984. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, v. 10. p. 7-28.
- OLIVEIRA, A. S. N. 2007. O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- OTAVIANO, M. Z. 2017. O lugar das coisas: arqueologia pública e descolonização do conhecimento: um estudo de caso em lagoa de São Vitor-PI. Monografia (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato.
- PET-ARQUEOLOGIA. 2018. Relatório de Pesquisa. Ministério da Educação. S/d.
- PET-ARQUEOLOGIA. 2019. Relatório de Pesquisa. Ministério da Educação. S/d.
- PET-ARQUEOLOGIA. 2020. Relatório de Pesquisa. Ministério da Educação. S/d.
- PET-ARQUEOLOGIA. 2021. Relatório de Pesquisa. Ministério da Educação. S/d.
- SANTOS, F. I. 2019. Histórias, Causos e Lugares: Um olhar da arqueologia para as narrativas de “alivusias” e dos lugares de memória de Caldeirãozinho, Jurema, Piauí. Monografia (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato.
- SANTOS, P. P. J. 2019a. Memórias E Narrativas Sobre As Populações Indígenas Em São Raimundo Nonato-PI E Microrregião: Uma Descrição Sobre As Produções Históricas Antecedentes, Abordagens

Precursoras E Relatos Orais. Monografia (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato.

SCHMIDT, M. L, S.; MAHFOUD, M. 1993. Halbwachs: memória coletiva e experiência. Psicologia USP, S. Paulo, 4(1/2), p. 285-298.

SOUZA, G. S. KESTERING, C. 2014. Umbuzeiro dos Defuntos: Um Marco na História de São Lourenço do Piauí. Cadernos do Lepaarq. Vol. XI. nº22. p.122-142.

VIEIRA, B. V. F. 2017. Era no tempo do coronel..." eu não concordo muito com isso não!": arqueologia pública e interpretações colaborativas sobre a "Fazenda São Victor", Piauí. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras.